



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal em Apelação Cível n.º: 0311714-2 Vara Única da Comarca de Capoeiras

Agravante: Banco Bradesco S/A

Agravada: Maria Ferreira da Silva

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO. DÉBITO INEXISTENTE. CDL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CABÍVEL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE. STJ. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO.

1. Incorre em ato ilícito inscrição do nome do Consumidor nos cadastros restrição de crédito quando ausente o negócio jurídico e, via de consequência, inexistente a cobrança..
2. Dano moral cabível e fixado em valor razoável e proporcional pelo magistrado.
3. *"Já é pacífico nesta e. Corte que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida".* (STJ- EDcl no RMS 18.205/SP)
4. Recurso Improvido.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao agravo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, ²³ de setembro de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
Agravo Legal em Apelação Cível n.º: 0311714-2 Vara Única da Comarca de Capoeiras
Agravante: Banco Bradesco S/A
Agravada: Maria Ferreira da Silva
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de Agravo Legal interposto contra Decisão Terminativa (fls. 137/140), da minha lavra, que, nos autos da Apelação Cível, negou seguimento à apelação, ficando inalterados todos os termos da sentença.

O magistrado julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais, para a) declarar inexistente os débitos apresentados, determinando que o Banco cancele os débitos e as consequentes cobranças ilegais; b) condenar o réu/apelante ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos pela tabela ENCOGE a partir da data da decisão e acrescidos de juros legais a partir da data da citação; c) condenar o demandado a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

A agravante afirma que não cabe a decisão monocrática do art. 557 do CPC e reitera todos dos pedidos formulados na apelação, requerendo, por fim o provimento ao recurso de apelação, reformando a sentença de 1º grau, julgando improcedentes os pedidos requeridos na exordial. Alternativamente, requer a minoração do dano moral e por fim, o prequestionamento expresso de todas as normas elencadas no recurso.

É o relatório.

Por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação, trago à consideração deste colegiado.

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Na origem, a demandante, ora agravada, ingressou com a Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico c/c Indenização por ato ilícito, com o intuito de retirar seu nome dos cadastros de restrição ao crédito por dívida indevida, visto nunca ter realizado negócio com a empresa demandada, ora agravante.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos (fls. 137/140):

“DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de recurso de Apelação Cível e Recurso Adesivo apresentados pelo Banco Bradesco S/A e pela Sra. Maria Ferreira da Silva, respectivamente, interposto contra sentença (fls. 58/61) que, nos autos da Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico c/c Indenização por Ato Ilícito, com Pedido de Tutela Antecipada, julgou parcialmente procedentes os pedidos, no sentido de declarar inexistência dos débitos da autora/apelada em relação ao banco demandado/apelante, determinando que o mesmo cancele os débitos e as consequentes cobranças ilegais, assim como condenar o réu/apelante ao pagamento de indenização por danos



morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos pela tabela ENCOGE a partir da data da decisão e acrescidos de juros legais a partir da data da citação. Por fim, condenou o demandado a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Aduziu o apelante, em síntese, que: (a) a autora/apelada firmou com o Banco um contrato, o qual está sendo devidamente cobrado, cujo valor ainda não foi devidamente pago, restando, então, configurado o inadimplemento, permitindo o manejo da negativação para restrição de crédito nos moldes do Digesto Consumerista; (b) eventual ato delituoso praticado por terceiro foi culpa exclusiva da vítima, por não zelar pela guarda de sua documentação, fato que exclui a responsabilidade do réu/apelante; (c) o *quantum* indenizatório foi elevado, salientando a necessidade da efetiva comprovação de que o ato causou um abalo moral na vítima.

Requeru, a esta câmara, que conhecesse e desse total provimento ao recurso de apelação, reformando *in totum* a sentença exara pelo MM. Juízo *a quo*, julgando improcedentes os pedidos requeridos na exordial ou que fosse minorado o valor relativo ao dano moral. Ademais, requereu, ainda, o prequestionamento expresso de todas as normas elencadas no recurso. Por fim, requereu que todas as intimações/publicações doravante efetuadas fossem feitas exclusivamente em nome do causídico Dr. Wilson Sales Belchior, OAB/PE 1259-A, sob pena de nulidade.

Devidamente intimada, a parte apelada não apresentou contrarrazões (fl. 104).

Recurso Adesivo às fls. 105/115, manejada pela Sra. Maria Ferreira da Silva, ora apelada, em que requereu a majoração do valor arbitrado a título de danos morais para o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Devidamente intimado, o banco recorrente apresentou contrarrazões (fls. 119/124), pugnando pelo não provimento do Recurso Adesivo.

É o que importa relatar.

Compulsando os presentes autos, verifico que os recursos não reúnem condições de êxito, por estarem em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste e do Superior Tribunal de Justiça, podendo o relator, monocraticamente, negar seguimento aos recursos, com a incidência do art. 557, caput, do CPC, em homenagem ao princípio da economia processual.

Inicialmente, quanto ao pedido de prequestionamento explícito, frise-se que é dominante na jurisprudência do STJ o entendimento de que o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta a exame, de acordo com o tema e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Nesse sentido:

“O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes.” (STJ, EDcl no MS 4116 / DF, Embargos de Declaração no Mandado de Segurança 1995/0030865-7, Rel. Min^a. Laurita Vaz, 3^a Seção, j. 11/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 236).

Ratificando a fundamentação explicitada, bastante elucidativa a decisão do Superior Tribunal de Justiça, abaixo colacionada:

RT
2

“EMBARGOS E DECLARATÓRIOS. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE.

I- Já é pacífico nesta e. Corte que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.

II- Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos.

Embargos declaratórios rejeitados.”

(EDcl no RMS 18.205/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 240)

Do dano moral

Em relação à suposta ausência de dano moral arguida pela instituição financeira, adianto que melhor sorte não lhe assiste.

A meu ver, os elementos que caracterizam a obrigação de reparar o dano, estes contidos na redação do art. 186 do Código Civil, são o ato ilícito, o nexo causal e o dano. Tais elementos são claramente observados na situação dos autos. Vejamos:

O ato ilícito praticado pela instituição financeira está claramente caracterizado na conduta indevida de inscrever o nome da autora no cadastro de restrição de crédito, em virtude de negócio jurídico inexistente.

Destarte, é importante frisar que o caso está sob tutela do Código de Defesa do Consumidor – CDC, o qual prevê, em seu art. 14 e seu §3º, a responsabilidade objetiva do fornecedor, in verbis:

“Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.”

Ademais, embora tenha arguido o excludente de responsabilidade presente no inciso II, do referido §3º do art. 14, do CDC, o Banco Bradesco não fez prova da alegada culpa exclusiva de terceiro.

Por outro lado, ainda que fizesse prova de culpa exclusiva de terceiro, seria insustentável a pretensão de exclusão do nexo de causalidade, pois se trata de fortuito interno, relacionado à atividade do fornecedor de serviços. Este entendimento, inclusive, foi recentemente consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, que editou a súmula de nº 479, a qual dispõe:

“As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.” (destaquei).

Enquanto o nexo de causalidade resta evidenciado porquanto a conduta ilícita da ré causou a injusta negatificação do nome da autora, abalando, portanto, a sua esfera moral.

Sendo assim, acrescento que é pacífico na jurisprudência que a hipótese como a dos autos em que houve a negatificação indevida do nome da vítima, o dano é presumido (dano *in re ipsa*), não necessitando, portanto, de comprovação.

Nesse sentido, colaciono a recente jurisprudência do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC) - DEMANDA POSTULANDO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DA INDEVIDA INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES APÓS A QUITAÇÃO DA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. INSURGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. 1. A inscrição/manutenção indevida do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes constitui ato ilícito passível de indenização a título de dano moral. Caracterização de dano in re ipsa. Precedentes. Aplicação da Súmula 83/STJ. 2. Pretensão voltada à redução da quantia fixada na Corte Estadual para reparação do dano moral sofrido pelo consumidor (R\$ 10.000,00). Inviabilidade de revisão pelo STJ, por não configurar condenação exorbitante. Revela-se razoável o valor do dano moral fixado em até 50 (cinquenta) salários mínimos para os casos de inscrição inadvertida em cadastros de inadimplentes, devolução indevida de cheques, protesto incabível e outras situações assemelhadas. 3. O óbice insculpido na Súmula 83 do STJ não se restringe aos recursos especiais interpostos com amparo na alínea “c” do permissivo constitucional, sendo também aplicável aos reclamos fundados na alínea “a”, uma vez que a expressão “divergência”, referida no citado verbete sumular, relaciona-se com a interpretação de norma infraconstitucional. 4. Agravo regimental desprovido.”
(AgRg no AREsp 322.079/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 28/08/2013) (grifei e destaquei).

Acrescento que esta relatoria já se manifestou sobre a matéria em caso análogo:

“PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INENIZATÓRIA. INCLUSÃO INDEVIDA NO SPC. DANOS MORAIS. CABIMENTO. VALOR INDENIZATÓRIO FIXADO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS JURISPRUDENCIAIS. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inscrição indevida no SPC gera o dever de indenizar por danos morais. 1. O dano moral decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplente é considerado *in re ipsa*, não se fazendo necessária a prova do prejuízo, por ser presumido e decorrer do próprio fato. 2. O valor indenizatório arbitrado não destoa dos parâmetros estabelecidos pela jurisprudência do STJ nos casos de inscrição indevida em cadastros de restrição ao crédito. 3. Apelação Cível a que se nega provimento.” (grifo nosso)
(TJPE; Proc. 0006846-25.2008.8.17.0480; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Stênio Neiva Coelho; Julg. 13/3/2013) (destaquei).

Resta, pois, caracterizada a responsabilidade civil do apelante e, assim, deve ser mantida sua condenação à reparação dos danos morais.

Portanto, não há que se falar em ausência de dano moral.

Já em relação ao valor da indenização, o apelante requereu que o *quantum* arbitrado em R\$ 3.000,00 (três mil reais) fosse reduzido por reputá-lo exacerbado, assim como a ora apelada, em manejo de recurso adesivo, requereu que o *quantum* fosse majorado.

Entendo que compete ao julgador valer-se da teoria do desestímulo, segundo a qual o ressarcimento não deve enriquecer ilicitamente o ofendido, no entanto há de ser elevado o bastante para evitar a reincidência da prática delituosa.



A dificuldade intrínseca a tal questão reside no fato da lesão aos bens meramente extrapatrimoniais não ser passível de quantificação monetária precisa, uma vez que impossível se determinar o exato valor da honra, do bem estar, do bom nome ou da dor suportada pelo indivíduo.

Nesta linha de raciocínio, o magistrado *ad quem* ou *a quo*, na oportunidade do estabelecimento da quantia reparatória, deve fazer uso, além de seu bom senso, dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sempre observando a gravidade do dano e a sua extensão, a condição financeira do ofensor e do ofendido.

A despeito dessa questão, os critérios a se observar, individualmente, são: i) a condição pessoa da vítima; ii) a capacidade econômica do ofensor; iii) a natureza e a extensão da dor; iv) os efeitos do dano no psiquismo do ofendido; e, por fim, v) as repercussões do fato.

Tomando por base as peculiaridades do caso concreto, entendo que o Juízo *a quo* atendeu a todos os elementos acima delineados, pois considero a quantia arbitrada de R\$ 3.000,00 (três mil reais) dentro dos parâmetros elencados.

Neste contexto, concluo que o pedido formulado está em total sintonia com os termos da decisão combatida, não comportando alteração em relação ao *quantum* indenizatório.

A luz de tais considerações, bem como em consonância com os elementos de convicção constantes nos autos, nego seguimento aos presentes recursos, mantendo *in totum* a r. decisão *a quo*, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC.

Recife, 28 de agosto de 2014.

Stênio Neiva Coelho

Desembargador Relator

Analisando a argumentação apresentada pelo Agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão açoitada.

Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de manter incólume a decisão hostilizada, **NEGANDO PROVIMENTO** ao presente recurso, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014.

Stênio Neiva Coelho

Desembargador Relator